

Missão Lapassade-1972: coincidências analisadoras

Mission Lapassade-1972: analyzing coincidences

**Marília Novais da Mata Machado, Sonia Roedel,
Heliana de Barros Conde Rodrigues**

Resumo

Em 1972, Georges Lapassade esteve no Brasil em missão cultural. Dois anos depois, publicou *Os cavalos do diabo: uma deriva transversalista*. Viagem e viajante são vistos neste artigo como, simultaneamente, analisadores e analista do Brasil de então. O regime militar e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram as instituições focalizadas. Além do livro de Lapassade, outras fontes foram utilizadas: o arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFMG; informações recolhidas pela Arquidiocese de São Paulo, pela Comissão de mortos e desaparecidos políticos e Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; escritos recentes de historiadores brasileiros; documentos do Setor de Psicologia Social da UFMG. Buscaram-se “coincidências analisadoras”, ou seja, momentos de cruzamento entre o relato de Lapassade e outros registros históricos. Chegou-se à informação inédita de que, um ano após a missão, o missionário foi objeto de investigação pela Divisão de Segurança e Informação do MEC.

Palavras-chave

Análise Institucional, o analisador, o analista.

Abstract

*In 1972, Georges Lapassade was in Brazil on a cultural mission. Two years later, he published *The Devil's Horses: a Transverse's Drift*. Travel and traveller are seen in this article as simultaneously the analyzing and the analyst from Brazil then. The military regime and the Federal University of Minas Gerais (UFMG) were the institutions focused. Besides Lapassade's book, other sources were used: the file of the Special Advisory of Security and Information of the UFMG; information gathered by the Archdiocese of São Paulo, Commission for the Dead and the Missing, and Institute for Studies on State Violence; recent writings of Brazilian historians; documents from the Social Psychology Sector of UFMG. Analyzing coincidences were searched: moments of crossing between the report of Lapassade and other historical records. Unknown information was reached: one year after the mission, the missionary was investigated by the Security and Information Division of the Ministry of Education.*

Keywords

Institutional Analysis, the analyzing (l'analyseur), the analyst.

**Marília Novais da
Mata Machado**

**Universidade Federal de
Minas Gerais**

Departamento de Psicologia,
Laboratório de Grupos e Redes
Sociais (L@agir).

marilianmm@gmail.com

Sonia Roedel

**Universidade Federal de
Minas Gerais**

Faculdade de Educação.

marilianmm@gmail.com

**Heliana de Barros Conde
Rodrigues**

**Universidade do Estado do
Rio de Janeiro**

Departamento de Psicologia Social e
Institucional.

helianaconde@uol.com.br



Introdução

Georges Lapassade (1924-2008) chegou ao Rio de Janeiro na manhã do dia 24 de julho de 1972 e seguiu em voo doméstico para Belo Horizonte, onde trabalhou por oito semanas. No dia 19 de setembro estava de volta ao Rio. Retornou à França a 14 de outubro. Esteve, portanto, quase três meses no Brasil, em missão cultural¹.

Intelectual francês bastante conhecido, sobretudo graças à formulação, com René Lourau, da Análise Institucional, Lapassade foi um dos pioneiros do grande movimento institucionalista que atravessou – e atravessa – a psicologia, a pedagogia e a psiquiatria.

Como prático da análise institucional, ele já se colocava como um analisador, conceito que Guattari (1980) afirma ter formulado, mas que certamente Lapassade ajudou a cunhar para designar pessoas, dispositivos e fatos que, por sua presença, revelam a estrutura e o funcionamento sociais, com suas divisões, privilégios, contradições, não ditos, tabus, obrigações, proibições, peculiaridades.

Neste texto, argumenta-se que a viagem de Lapassade é um analisador do Brasil de 1972. Passados 45 anos da missão cultural lapassadiana e 43 do aparecimento de livro memória (LAPASSADE, 1974) que a relata na primeira pessoa, tem-se boa perspectiva para assegurar que a viagem expõe a situação política do País daquele momento – estava-se no nono ano do período ditatorial que viria a completar 21 anos quando extinto, ao menos oficialmente, em 1985. A viagem expõe também os procedimentos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituição que, juntamente com a Embaixada da França, promoveu a missão.

Adota-se aqui a própria Análise Institucional (LOURAU, 1975 [1970]); LAPASSADE; LOURAU, 1972 [1971]) como referencial teórico. Duas instituições são colocadas no foco: o regime militar e a UFMG. Seus momentos de universalidade, particularidade e singularidade são analisados.

Lembrando que as principais funções sociais são, de acordo com Lourau (1975 [1970]), educação, controle e produção, pode-se afirmar que, em 1972, o regime militar estava precipuamente voltado para o controle e a UFMG, para a educação. Essas eram suas funções universais, plenamente aceitas e verdadeiras, desde que assumidas de forma geral e abstrata. Porém, o olhar de analista institucional de Lapassade, registrado no livro memória de 1974, e a pesquisa realizada para este escrito observam as duas instituições a negar suas respectivas funções universais. Como se verá, surge um amálgama de particularidades concretas, específicas, que pouco ou nada têm a ver com as funções universais. O terceiro momento de análise, por sua vez, nega o particular: regime militar e universidade ressurgem de forma singular, concreta, funcional, com suas normas, códigos, substratos materiais.

A pesquisa de documentos da época, alguns acessíveis apenas hoje, revela a atuação sobre a UFMG de diferentes agências da ditadura: o exército², o serviço de inteligência³ e sua seção especial na área de educação⁴, a polícia política mineira⁵ e a justiça⁶.

Para realizar a análise institucional, foram considerados: o relato das atividades práticas e teóricas do analista Lapassade em campo e acontecimentos conexos ocorridos no período, tais como transversalidades políticas, históricas e pessoais, implicações, contratransferências e transferências (LAPASSADE; LOURAU, 1972 [1971]).

Três fontes principais de informação foram utilizadas: primeiro, o livro memória, *Les chevaux du diable: une derive transversaliste*⁷, em que Lapassade (1974) relata os trabalhos que desenvolveu durante sua missão

1

Esta foi a segunda viagem de Lapassade ao Brasil. As duas estão documentadas por Rodrigues (2008). A primeira pode ser apreciada em Lapassade (1971).

2

ID/4 – Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar, 1º Exército, 4ª RI, Ministério do Exército.

3

SNI - Serviço Nacional de Informação; DSI/MEC (Divisão de Segurança e Informação. Ministério da Educação); SNI/ABH (Agência Belo Horizonte).

4

DSIEC – Divisão de Segurança e Informação, Ministério da Educação e AESI/UFMG – Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, as duas subordinadas hierarquicamente ao SNI.

5

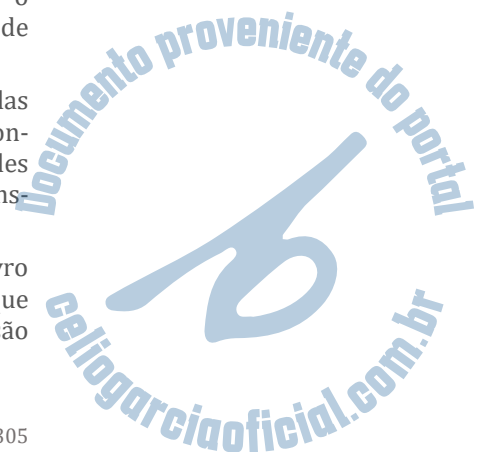
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais.

6

SCGI/MG – Subcomissão Geral de Investigações em Minas Gerais, Ministério da Justiça.

7

Os Cavalos do Diabo: uma deriva transversalista.



no Brasil; segundo, as informações obtidas no arquivo AESI/UFMG⁸ (BRASIL, 1964-1982), sempre com o foco em 1972; terceiro, fontes secundárias: informações recolhidas pela Arquidiocese de São Paulo (1985); pela Comissão de mortos e desaparecidos políticos e pelo IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (2009); escritos recentes de historiadores sobre aquele momento (MOTTA, 2014a; 2014b); textos e documentos sobre o Setor de Psicologia Social⁹, principal responsável pela missão cultural; lembranças pessoais de partícipes da missão.

Adianta-se que, no livro de 1974, são incríveis os insights de Lapassade sobre o País. Porém, suas cegueiras também são analisadoras privilegiadas da ordem social então em vigor.

Coincidências analisadoras

Procedeu-se à leitura atenta de *Os cavalos...* (LAPASSADE, 1974) e do Arquivo AESI/UFMG, em busca de correlações e dissociações entre fatos. Especial atenção foi dada às datas.

Evidentemente, as informações das duas fontes primárias são parciais. O discurso lapassadiano é atravessado pelo olhar estrangeiro do autor, por sua seleção de temas, por suas decisões teóricas (que, contudo, foram frequentemente expostas e discutidas), pelas limitações impostas por sua língua materna e por sua compreensão do português, por seus segredos revelados e escondidos, por seus desejos. O Arquivo AESI, de seu lado, é fragmentado e descontínuo, possivelmente também incompleto, pois há restrição de acesso a documentos classificados ainda como confidenciais e secretos. As fontes secundárias ajudaram a contextualizar as informações obtidas no livro e no arquivo.

Nesse material, buscamos as “coincidências analisadoras”, isto é, os momentos em que o registro pessoal de Lapassade e os registros históricos – arquivos e outras fontes – se cruzam, um conjunto apoiando o outro ou contradizendo.

1. Antecedências

No início do livro, Lapassade (1974) relata ter vindo ao Brasil substituindo René Lourau, que fora o primeiro a ser convidado para uma missão cultural a respeito da Análise Institucional. Lembra que o convite havia sido feito por Célio Garcia, a quem ele apresenta como o professor que “dirige” ou “coordena” o Setor de Psicologia Social na Universidade de Minas Gerais. Lapassade e Garcia se conheciam de dois encontros anteriores, um em São Paulo, em 1970, quando então Lapassade acompanhava os trabalhos do Living Theater em turnê no Brasil, e o outro em Bruxelas, como participantes de seminário sobre contracultura, no início de 1971.

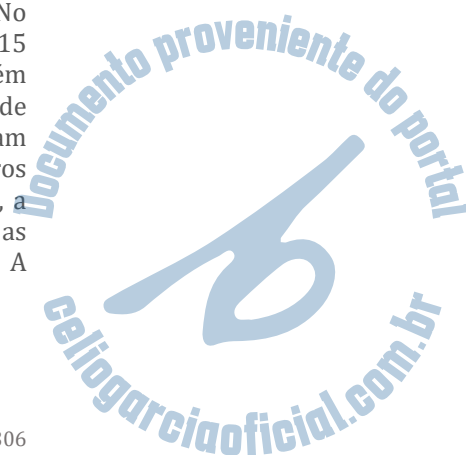
No organograma da UFMG nunca houve “setores”. O de Psicologia Social era um grupo de psicólogos e sociólogos, professores, alunos bolsistas e monitores que atuavam profissional ou voluntariamente desde 1966. No relatório de atividades do “Setor” (UFMG, 1974), constam nomes de 15 professores (nove concursados e seis contratados temporariamente), além de 13 formandos, entre “monitores”, “pesquisadores” e “estagiários de pesquisa”. Entre os professores concursados, os dois mais titulados eram assistentes em regime de 24 horas (aqui incluído Célio Garcia); os outros eram auxiliares de ensino, dois de 24 horas e cinco de 12. No relatório, a precariedade de contratos e a sobrecarga de trabalho são lamentadas e as pesquisas e experiências profissionais em andamento, enaltecidas. A situação em 1972 era aproximadamente a mesma.

8

O arquivo da AESI/UFMG - Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais cobre informações entre 1964 e 1982. É constituído por 12.606 documentos textuais distribuídos em 39 caixas. Segundo o Decreto Nº 66.967, de 27 de julho de 1970, as AESIs que atuavam em autarquias como universidades, desde 1967, “tinham como função a triagem de funcionários, em especial dos professores, bem como o controle de suas atividades, colhendo e repassando ao SNI aquelas informações que pudessem ser de caráter subversivo”. As AESIs eram vinculadas diretamente ao gabinete dos reitores e esses à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC) que obedecia às determinações do SNI.

9

Sobre o Setor de Psicologia Social da UFMG, consultar Abreu (2012) e Campos e Garcia (2011).



O convênio com a Embaixada Francesa fora estabelecido em 1968. Lapassade foi o quarto “missionário”. Duas linhas do relatório (UFMG, 1974, p. 7) lhe são dedicadas: “Curso de Análise Institucional ministrado pelo Professor Georges Lapassade da Universidade de Vincennes - França”. Ele é citado entre outras visitas de professores nacionais e estrangeiros: Carolina Bori, André Lévy, Roger Lambert, Jean Stoezel, Jean Labbens, Raymond Boudon, Aroldo Rodrigues, Hugo Schmale. Mas as diversas intervenções narradas em *Os cavalos...* (LAPASSADE, 1974) aparecem, sem que Lapassade seja nomeado, sob o título “Intervenções e análises institucionais realizadas nas seguintes instituições: Curso de Comunicação da Universidade Católica de Minas Gerais; Fundação Universitária de Minas Gerais (FUMG); Departamento de Ciência Política; Instituto de Orientação Juvenil da Universidade Católica de Minas Gerais; Diretório Acadêmico Fafich”. Tentava-se, no Setor de 1974, apagar e esquecer a missão de 1972. Não foi possível, contudo.

2. Período da missão – a ditadura

Ainda incerto se viria ou não ao Brasil, aguardando a decisão ministerial francesa, Lapassade termina em Paris a escrita de dois artigos e planeja vagamente partir em férias para o Marrocos, como faz habitualmente. Escreve: [...] “neste ano, no dia 14 de julho [de 1972], ainda estou em Paris. Vou aos bailes populares”¹⁰ (LAPASSADE, 1974, p. 11).

Como preparação da vinda, havia lido um artigo da revista *Les Temps Modernes*, escrito pelo brasileiro J. Quartim¹¹, sobre o qual assim se expressa:

Quartim explica a situação no Brasil, não pelo conceito de fascismo, mas pelo de autocracia burguesa. Essa análise constantemente guiou meu trabalho no campo. Ela me permitia definir limites reais e transgredir os limites imaginários que se queria atravessar no meu caminho agitando os fantasmas da repressão (LAPASSADE, 1974, p. 48).

Mas, sem que ele a visse, a repressão estava, de fato, fortíssima no Brasil, embora ocultada, principalmente graças à censura dos meios de comunicação. Consulta rápida a apenas uma publicação, fruto de anos de pesquisas feitas por familiares – o Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964-1985, publicado em 2009 –, evidencia que entre a chegada e a partida de Lapassade, especificamente entre 09 de agosto e 30 de setembro de 1972, quadra inferior a dois meses, portanto, ao menos 14 militantes políticos foram mortos. Entre esses, dez combatentes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e camponeses participantes da Guerrilha do Araguaia. Além de dizimar a guerrilha, a ditadura dava cabo de militantes da ALN (Aliança Libertadora Nacional)¹².

Outra consulta ao Dossiê permite afirmar que, contrariamente à percepção de Lapassade, quando se avalia a magnitude da repressão durante a ditadura tendo como indicador os números conhecidos de mortos e desaparecidos, o ano de 1972 só é ultrapassado por 1973: foram citados nominalmente 59 casos em 1972 e 74 em 1973.

Apenas após a escrita de *Os cavalos...*, Lapassade tomou conhecimento da gravidade da repressão no Brasil. Não chegou a negar, contudo, o que percebera (erroneamente) in loco: um país em ordem. De fato, saiu da UFMG e de Minas Gerais afirmando: “A estadia em Belo Horizonte foi agradável; eu gostaria de prolongá-la mais, a vida era calma e tranquila” (LAPASSADE, 1974, p. 107).

10

Esta tradução e as que se seguem são de responsabilidade nossa

11

O autor é João Quartim de Moraes, graduado em filosofia pela USP (1964), que participou da resistência armada ao regime militar como integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e exilou-se na França. Embora Lapassade não forneça a referência precisa do artigo, trata-se de certo do texto “La nature de classe de l'état bresilien”, publicado em duas partes, respectivamente nos vols. 304 (p.651-675) e 305 (p.853-878), ambos de 1971, de *Les Temps Modernes*.

12

A ALN foi a primeira cisão do PCB, tronco comum de diversas organizações que combateram a ditadura. Realizou operações armadas nas grandes cidades brasileiras, a fim de angariar fundos para lançar uma guerrilha rural (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

Por diversas vezes, comparou, em seu livro, Brasil e Canadá, onde anteriormente realizara trabalho como analista institucional. Em uma das menções, distingue os dois países: “Eu sabia bem que no Brasil a situação não é a mesma que no Canadá. Mas eu via a situação política no Brasil de forma um pouco diferente daqueles que falavam dela sem nada conhecer” (LAPASSADE, 1974, p. 48). Nesta parte de seu relato (e antes de mencionar o texto de J. Quartim), acrescenta a seguinte nota de rodapé, que ao menos relativiza sua apreciação do País à época:

Depois que este texto foi escrito, fiquei sabendo pelos jornais que a repressão se agrava no Brasil, que o ano de 1972 era um momento de relativa “calmaria” da violência. Essa conjuntura explicaria então o fato de que eu tenha podido me comportar como fiz no Brasil durante três meses (LAPASSADE, 1974, p. 48).

Sem dúvida, a percepção da “calmaria” é analisadora da ditadura brasileira de então, que oferecia aos olhares estrangeiros e mesmo a olhares locais, uma situação de tranquilidade graças a segredos institucionais que camuflavam torturas, assassinatos, perseguições políticas, aposentadorias compulsórias, expulsão de estudantes universitários, desmantelamento à margem da justiça de grupos opositores.

3. Analisador dinheiro

Em publicação sobre o Setor lê-se:

Aos sábados a equipe toda se reunia; trocávamos nossas leituras, estudos, relatos de pesquisa e, sobretudo, repartíamo-nos em equipes pequenas de trabalho para atendimento de demandas do mercado. [...]

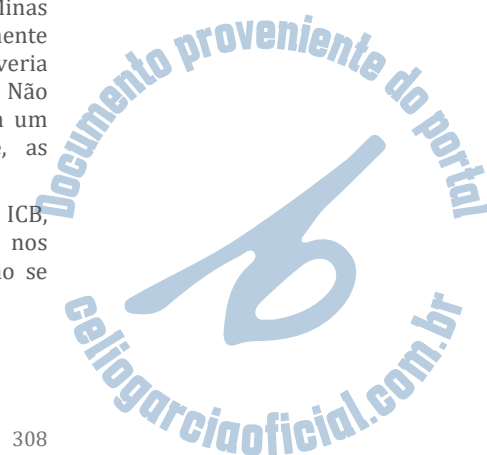
Tínhamos uma pequena renda advinda dos trabalhos: parte do que cada um recebia ficava em conta conjunta. Além disso, tínhamos convênio com a Embaixada Francesa através do qual obtínhamos livros, financiamento da vinda de um professor francês por ano e ida para a França de um bolsista por ano. Dessa forma aprendemos muito com Max Pagès, André Lévy, Roger Lambert e Georges Lapassade. A venda de cursos, estágios de treinamento e apostilas destes conhecidos professores alimentava nossa conta bancária que, por sua vez, pagava serviços de secretaria, monitoria e outros.

O grupo era, do ponto de vista financeiro, quase autônomo (MACHADO, 1986, p. 36-37).

Nos Cavalos do diabo (LAPASSADE, 1974, p. 60-61) lê-se:

Meu trabalho [no ICB] havia sido inscrito no calendário da “missão”, a fim de completar a soma que se buscava obter por adições para indenizar o “professor missionário”. Assim, a Faculdade de Letras e Ciências Humanas, lugar principal de meu trabalho, havia me outorgado certa subvenção para esse trabalho. Outros departamentos e institutos da mesma Universidade Federal de Minas Gerais, como o Departamento de Ciências Políticas e o ICB, igualmente previram uma subvenção. O “Conselho de Extensão” da universidade deveria assegurar as despesas de estadia; na realidade, eu me encarreguei delas. Não me parece inútil evocar aqui estes problemas de dinheiro. Eles tiveram um papel determinante ao longo de toda essa “missão”; infelizmente, as circunstâncias me interditam analisá-los aqui completamente.

Eu deveria então, para justificar as subvenções previstas, trabalhar no ICB, assim como deveria assegurar certo número de horas de ensino nos departamentos de psicologia e de ciências políticas. Mas lá, no ICB, não se tratava de ensinar e eu não sabia exatamente o que deveria fazer.



Desde o meu primeiro encontro com o diretor, achei primeiro que me demandavam, antes de tudo, certo número de horas e de dias de presença – o que significava que a subvenção havia sido calculada em horas de “trabalho”.

Em análise institucional, o trânsito do dinheiro frequentemente é o principal analisador construído e colocado em exame. Aqui, o analista se dispensa dessa análise, dadas as “circunstâncias”. É possível que Lapassade soubesse, por intermédio de Célio Garcia ou do Conselho de Extensão da UFMG, da investigação nomeada “Relações culturais – Convênios e outros dados – Cursos e Programas” – informação que hoje pode ser vista no Arquivo AESI/UFMG (Caixa 16/1971, Maço 11, Folhas 173-229). Uma circular da Secretaria Geral da UFMG (006/71), de 17 de maio de 1971, ordenara que as unidades da universidade declarassem acordos e convênios internacionais e locais firmados, auxílios financeiros recebidos, assim como ajustes, contratos de financiamento de projetos, custeio de programas de cooperação técnica com quaisquer órgãos feitos. Toda a contabilidade deveria ser doravante centrada na reitoria. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que recebia Lapassade e incluía o Departamento de Psicologia e o Setor, declarara apenas um convênio: o da Ford Foundation com o Departamento de Ciências Políticas.

Nada declarara, portanto, sobre as ajudas da Embaixada Francesa e, muito menos, sobre o dinheiro que “pingava” na conta conjunta (e secreta) do Setor de Psicologia Social. Mas Lapassade estava sempre indagando quem pagara e quem não pagara suas palestras e cursos, esmiuçando contas, argumentando que parte do dinheiro angariado lhe cabia. Aquela conta do Setor foi pronta e discretamente fechada, pois era sabidamente proibida. O dinheiro pagou os últimos trabalhos de secretaria e de monitoria e o restante foi entregue ao missionário.

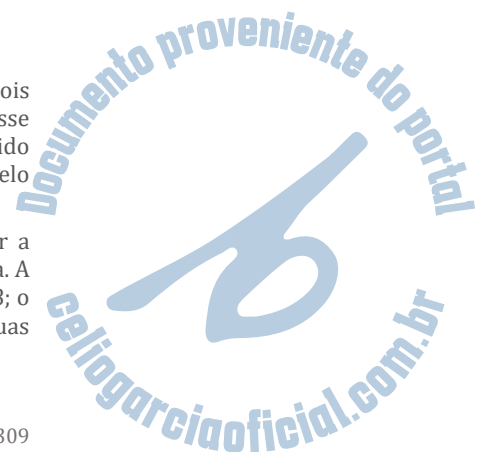
Esse episódio não ficou sem consequências. Perdeu-se a suposta autonomia financeira do Setor. E, no Arquivo AESI/UFMG (Caixa 20/1973, Maço 1, Folhas 1-10), ficou documentada uma segunda investigação sobre o professor José Anchieta Correia que, em 1972, respondia pelo Conselho de Extensão da UFMG – justamente aquele Conselho que, segundo Lapassade (1974, p. 61), deveria pagar as despesas de estadia, mas não o fez. Nos primeiros anos da ditadura, Anchieta fora preso e respondera a IPM (Inquérito Policial Militar). Afastara-se para estudos pós-graduados na Bélgica. Mas não foi esquecido. A 18 de dezembro de 1972, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura solicitou novas informações sobre ele, já sabendo que o professor “Faz parte do Conselho de Extensão Universitária e é membro da Congregação” (folha 02, relativa ao Pedido de busca nº 3951/SIED/DSI/MEC/1972). Até maio de 1973, Anchieta amargou mais cinco meses de investigações, não se sabe se relacionadas ou não à missão de Lapassade.

4. Tabus: Chico e Idalísio

Lapassade descreve seu primeiro encontro com Chico como casual:

[...] no primeiro seminário de análise, quando cheguei, por acaso dois estudantes – Chico e Nelson – apareceram para pedir que Célio assinasse um documento administrativo. Ora, esses dois estudantes haviam sido eleitos para órgãos de representação: assim, Chico era o responsável pelo Centro de Estudos de Psicologia.

Uma conversa muito breve com Nelson e Chico me levou a descobrir a experiência dessas instituições “sindicais”, muito atrofiada, muito vigiada. A União Nacional dos Estudantes brasileiros havia sido dissolvida em 1968; o movimento estudantil foi decapitado, no topo. Mas ele mantém suas



instituições de base nas estruturas universitárias: Centros de Estudos, Diretórios Acadêmicos e DCE (LAPASSADE, 1974, p. 45).

Ao longo de toda a missão, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, Lapassade (1974) manteve relações estreitas com Chico. Quis que ele participasse do Seminário de Análise Institucional e o transformou em personagem de seu livro.

Os dias passam e as semanas. Durante o mês de agosto, ensino na universidade de Belo Horizonte. Encontro frequentemente Chico, mas de longe. Minha vida pública é a de um professor um tanto “contestador” no plano das ideias políticas. Mas a sexualidade permanece entre nós como o problema tabu (LAPASSADE, 1974, p. 18-19)

Chico [...] me disse no final de minha estadia, quando a máscara já não era mais necessária:

- Você não teria podido, ao chegar a Belo Horizonte, e durante todo o decorrer de sua “missão universitária”, declarar-se homossexual. Se você tivesse feito isso, seu trabalho teria sido imediatamente interrompido (LAPASSADE, 1974, p.17).

Por intermédio de Chico, Lapassade iniciou trabalhos com o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG), primeiro com exercícios de colagem, mais tarde com sessões de análise institucional. Autorrepressão, militância política, liberação do desejo, homossexualidade – essa, um verdadeiro Segredo de Polichinelo então e agora – entraram no campo da análise e da vida cotidiana.

A pesquisa do arquivo e das fontes secundárias apontou outra coincidência, dessa vez de final trágico, também envolvendo um presidente de Centro de Estudos de Psicologia: Idalísio Soares Aranha Filho, codinome Aparício, nascido em 1947, natural da cidade de Rubim, Minas Gerais. Mudou-se para Belo Horizonte para cursar o segundo grau. Como estudante de psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), em 1968, lutou por mais vagas para seu curso, participando do movimento a favor da entrada dos excedentes. Antecedendo Chico, foi presidente do Centro de Estudos de Psicologia e do Diretório Acadêmico da faculdade. Como militante do PCdoB, mudou-se para o Pará, onde integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Os fatos relativos à sua morte, quase certamente ocorrida a 12 de julho de 1972, isto é, 12 dias antes da chegada de Lapassade ao Brasil, ainda não estão bem estabelecidos. Aparício teria morrido lutando contra o Exército nacional, no dia 13 do mesmo mês e ano. Outra versão é a de que teria morrido por tortura. (ARANTES, 2016, p.31). O desconhecimento da morte de Idalísio durante a missão lapassadeana e as incertezas que persistem são analisadores da situação vivida em 1972: o tabu da sexualidade é frequentemente mencionado no livro memória, porém o tabu do desaparecimento e da morte permanece em incômoda sombra.

5. Autorrepressão e repressão na UFMG

Em *Os cavalos...*, em alguns momentos, Lapassade (1974) dá a entender que a autorrepressão perpassava os mais diversos relacionamentos no Brasil, nas salas de aula, no movimento estudantil, entre colegas. Nas páginas 30 e 31 ele disserta sobre o tema, sob o título “Os níveis da repressão”. Permita-se aqui uma série de citações:



Quando se diz [...] que a polícia vai intervir, estão nos lembrando de que a repressão pode sempre bater. Acrescenta-se, além disso, que ela fere de maneira totalmente irracional: basta que a polícia saiba que em alguma parte alguma coisa se passa para que a repressão ocorra.

Mas existe ao mesmo tempo, em outros níveis institucionais, uma manipulação dessa repressão central. Essa manipulação permite bloquear toda tentativa de mudança (LAPASSADE, 1974, p. 30).

Eis aí o que proponho chamar de “fantasma da repressão”, da ameaça exterior da vigilância estatal, utilizada para legitimar a resistência à mudança. Não se quer mudar. Mas não se quer dizer isso abertamente: diz-se então que se é obrigado a manter a ordem e que, caso se comece a mudá-la, a repressão vai logo bater.

[...] O que significa “a repressão”? Como avaliar a repressão específica concentrada em cada uma de nossas instituições? [...].

A violência está em toda parte: em todas as nossas instituições. Ela não é privilégio do Estado com seu exército, sua polícia e sua burocracia.

A polícia cultural é assegurada, no Brasil como em outros lugares, pelas instituições de ensino. O estado de classe não tem nenhuma necessidade de intervir e de bater se as instituições repressoras funcionam, se elas fazem “em seu lugar” o trabalho que ele lhes demanda: interromper as tentativas de liberação “na base”, na vida cotidiana, em todas as instituições (LAPASSADE, 1974, p. 31)

Nas páginas 83 a 85, Lapassade (1974) dedica um subtítulo à autorrepressão do desejo. De fato, desde o início do livro, os temas da autocensura e da autorrepressão se entrelaçam. Citando-o, mais uma vez: “No Brasil, durante um mês inteiro, representei o papel do analista que dissimula sua diferença. Pois “analista”, na imaginação dos grupos, é sempre, por suposição, sábio, adulto e heterossexual” (LAPASSADE, 1974, p. 8).

Não me parecia possível, no Brasil, afirmar-me homossexual e, ao mesmo tempo, analista, já no início de um trabalho de formação e de intervenção. Tranquilizei Célio sobre esse ponto. Mas, ao mesmo tempo, essa autocensura permanente me inquietava.

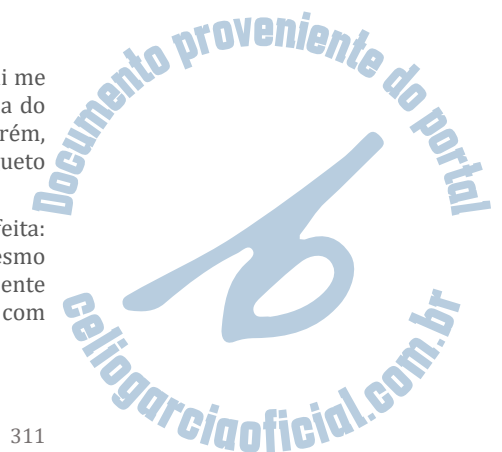
Eu estava imerso nessa contradição. Meu trabalho consistia em criar um campo de fala para a expressão de todos os desejos; mas eu devia ao mesmo tempo dissimular meus próprios desejos. Os outros deveriam falar – essa era uma regra fundamental da análise: tudo dizer. Mas eu, o analista, não deveria falar de mim nem de minhas paixões (LAPASSADE, 1974, p. 16).

Parece-me assim que, a cada vez, fico preso neste paradoxo: não posso expor desejos profundamente dissimulados nos grupos senão dissimulando meus próprios desejos [...] (LAPASSADE, 1974, p. 17).

Se desejos eram reconhecidamente censurados por ele, o mesmo não ocorria, ao menos com a mesma intensidade, na sua atuação como analista militante. Ele assim faz o balanço da primeira parte da sua missão:

Falei e agi bastante livremente durante essas cinco semanas e consegui me manter evitando constantemente ultrapassar certo limiar de tolerância do sistema. Fui tão longe quanto possível e até, algumas vezes, além. Porém, como nossa ação não tinha repercussão política direta no exterior do gueto universitário, não fomos perturbados (LAPASSADE, 1974, p. 88).

Agi de tal forma durante essas cinco semanas que uma prova foi feita: existem no Brasil, nesse sistema ditatorial, margens de liberdade e mesmo de inovação que se pode utilizar, com a condição de conhecer previamente a orientação política do sistema, suas contradições internas e jogar com



essas contradições. A repressão é bem real. Mas existem também fantasias de repressão que se utiliza à direita e à esquerda, seja para resistir a qualquer mudança, seja para explicar por que se colabora, de fato, com o sistema político (LAPASSADE, 1974, p. 89).

Mas, o que nos revela o arquivo da AESI sobre a repressão na UFMG nessas cinco semanas da missão Lapassade?

Na Caixa 18/1972, Maço 21, folha 219, há circular de 02 de junho de 1972 do Ministro da Educação, Jarbas B. Passarinho, para o reitor da UFMG, Marcello de Vasconcellos Coelho, em que o ministro recomenda cuidado com a escolha dos paraninfos:

A conjuntura política brasileira, caracterizada por um regime neocapitalista que não legitima a existência de partidos comunistas, torna inaceitável a festa, sobretudo nas escolas mantidas pela União, em homenagem aos inimigos declarados do regime. Isto posto, tomo a liberdade de consultar Vossa Magnificência quanto à possibilidade de [...] baixarem-se instruções reguladoras da escolha, pelos alunos concluintes, de seus paraninfos, homenageados e patronos de turmas [...].

Compreende-se bem essa circular ao se levar em conta acontecimentos de 1971. De fato, no final desse ano haviam ocorrido tentativas de resistência à ditadura por parte dos estudantes, quase todas frustradas: assim, o diretor do Instituto de Ciências Biológicas censurara três artigos do Boletim nº 2 do Diretório Acadêmico (Caixa 17/1971, Maço 8, Folhas 62-73). DCE e DAs, politicamente organizados, soltaram o Jornal Opinião, de crítica bem humorada ao regime, objeto de investigações pela AESI (Caixa 17/1971, Maço 9, Folhas 74-97). Há uma nota oficial do DCE protestando contra “invasões” de DAs e DCE pelo DOPS (Caixa 17/1971, Maço 13, Folhas 134). Mas o considerado mais sério e que explica a carta do ministro na época da missão lapassadiana foi a escolha de paraninfos pelos estudantes: na Escola de Medicina, Amílcar Viana Martins; no ICEX, Aluísio Pimenta; na FAFICH, Pedro Parafita de Bessa. Os três eram ex-professores, aposentados compulsoriamente pela ditadura; desses, os dois primeiros foram afinal autorizados em 1971, mas outros foram censurados (Caixa 17/1971, Maço 10, Folhas 98-126).

Desde 1969, a UFMG vinha aplicando o Decreto Lei 477, que autorizava a expulsão das escolas de ensino superior de alunos julgados inimigos do regime. O arquivo AESI/UFMG (Caixa 16/1971, Maço 16, folhas 255-355) traz a lista consolidada da aplicação e das tentativas de aplicação desse decreto na instituição até 1971: foram 25 casos, praticamente todos inteiramente desconhecidos da massa de professores, funcionários e alunos.

Durante os dias em que o missionário francês se encontrava na Universidade, o decreto estava em pleno vigor. Assim, pode-se ler no Arquivo AESI a “D E C I S Ã O” assinada pelo Diretor da Escola de Engenharia, a 31 de julho de 1972, atendendo a solicitação partida do Magnífico Reitor da UFMG em seu ofício AESI/UFMG/007/72.

[O Diretor decide:] DESLIGAR da Escola de Engenharia da UFMG os alunos E. DE O. N. e N. M. S. e propor ao Ministério de Educação e Cultura que ciente os estabelecimentos de ensino do País acharem-se esses alunos proibidos de se matricularem pelo prazo de três anos a partir desta data. [...] Belo Horizonte, 31 de julho de 1972 (Caixa 18/1972, Maço 25, Folhas 298-299).

Mais perto ainda de Lapassade, justamente no Departamento de Ciência Política (DCP), copatrocinador da missão e espaço em que o analista



institucional proferiu conferências, a aluna Magda Maria Bello de Almeida Neves passava por dificuldades de ordem política. Por solicitação da AESI/UFMG, a 26 de junho de 1972, Juiz auditor da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, Juiz de Fora, Minas Gerais, informa no Ofício 698, confidencial, dirigido ao reitor, que Magda figura como indiciada no IPM 22/72, não tendo sido denunciada (Caixa 18/1972, Maço 24, folha 355). A 31 de julho de 1972 ocorriam procedimentos para aplicação a ela do Decreto Lei 477 (Caixa 18/1972, Maço 25, folhas 397-398; 392-393). Ironicamente, além de professora do DCP entre 1976-1998, Magda veio a ser, entre 1994 e 1998, a diretora justamente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

6. A contrainformação

O Ofício Circular n.2/SI/DSIEC enviado pela Divisão de Segurança e Informação do MEC ao reitor da UFMG explicita a política adotada pelo serviço de inteligência do ministério. O item 4, na segunda página desse ofício, expõe um dos procedimentos: “Desenvolver o serviço de contrainformação nos diversos campos ao seu alcance, tais como: teatro – rádio – cinema – revistas, etc.” (Caixa 16/1971, Maço 3, folha 153).

Lapassade (1974, p. 50) registra em seu livro:

Naquele momento, atuavam nas escolas e universidades da cidade dois animadores do teatro Arena de Porto Alegre¹³, em turnê no Brasil, sob os auspícios do Ministério da Educação, apresentando técnicas de expressão corporal. Eles também praticavam as novas formas de teatro-jornal: tratava-se de levantar nos jornais do dia informações que já haviam franqueado as barreiras da censura e de colocar essas informações em cena, em forma de esquetes improvisados.

[...]

O teatro-jornal tornou-se a nossa nova técnica. Em cada sábado, apresentavam-se ao público improvisações sobre as notícias políticas. Colocava-se em cena, de forma burlesca e crítica, o último discurso do ministro da educação.

Sem saber que o teatro era dispositivo de contrainformação da ditadura, o analista francês o vê como resistência – como por sinal, ao que parece, o próprio grupo teatral se via exclusivamente –, o compara ao sociodrama de Moreno, o compatibiliza com a análise institucional e o adota.

Em sua estada anterior no Brasil, em agosto de 1970, Lapassade estivera presente ao V Congresso Internacional de Psicodrama e Sociodrama, realizado em São Paulo. Em 1972, por sua vez, participou do Primeiro Encontro da Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, dirigida por Pierre Weil, realizada na Fazenda Rosário, além de fazer-se acompanhar, em algumas de suas intervenções na UFMG, de um psicodramatista (identificado em Os cavalos... apenas como Jorge B.).

Aparentemente, o entusiasmo de Lapassade com o dispositivo teatral pode ter sido responsável por alguma cegueira quanto às possibilidades de o regime se aproveitar do mesmo dispositivo como arma de contrainformação. Vale acrescentar, a respeito, que durante toda a duração do Congresso de São Paulo se exerceu intensa repressão: eram onipresentes as siglas da Polícia Política (DOI-CODI, DOPS, OBAN), cujos representantes censuraram inúmeros cartazes (que exibiam frases... de Moreno!) e vetaram qualquer espécie de participação do Living Theater¹⁴. Entre os cerca de 3000 presentes ao evento, devem ser computados vários integrantes do II Exército, aos quais os organizadores foram obrigados a conceder inscrição, e gratuitas. O próprio Lapassade não teve participação autorizada, embora

13

O Teatro de Arena de Porto Alegre (TAPA) foi criado em 1967 por Jairo de Andrade e reunia jovens, intelectuais, sindicalistas e outros militantes. Seus espetáculos questionavam o regime militar e eram frequentemente proibidos pela censura. Desde 1991, a sede do TAPA abriga o Centro Documentação e Pesquisa em Artes Cênicas, cujo acervo conta com textos oriundos do Departamento de Censura da Polícia Federal.

14

Grupo de teatro de vanguarda fundado em Nova York (1947) por Julian Beck e Judith Malina, foi pioneiro do movimento off-Broadway nos anos 1950 e conquistou a Europa na década seguinte, destacando-se o espetáculo *Paradise Now*. Chega ao Brasil a convite do Grupo Oficina, liderado por José Celso Martinez Correa. No período ditatorial, é percebido pelo governo não apenas como um grupo que busca romper com as estruturas tradicionais de expressão teatral, mas como instância política a ser vigiada e controlada, a ponto de ser expulso do país.



burlasse a interdição pedindo a Jacques Ardoino, com anuência do colega de Paris VIII, para usar alguns minutos de seu atelier – minutos esses que, segundo o próprio Ardoino, se prolongaram das nove da noite às três da madrugada (ASSOUS, 2002, p. 40).

7. A divisão paranoica

À medida que se desenvolviam os trabalhos de Lapassade na UFMG, operava-se uma cisão no Setor de Psicologia Social. Parte do grupo acompanhava o missionário em suas diversas atividades de análise institucional. Outra parte mantinha certa distância. Comparando as análises feitas em Montreal e em Belo Horizonte, ele escreve:

Mas ainda dessa vez, encontrava-me colocado cada vez mais, à medida que meu trabalho avançava, em posição de ser o líder de um movimento de ruptura. Os mais radicais se agrupavam cada vez mais no meu entorno; eles organizavam cada vez mais o contra-Setor320, enquanto o clã de Célio se distanciava.

[...]

Nosso trabalho com os estudantes sindicalistas agravou ainda mais os antagonismos, aprofundando um pouco mais a oposição entre Célio e eu (LAPASSADE, 1974, p. 44).

No final o grupo se partiu em “brancos” e “negros”, terminologia tomada de empréstimo da umbanda:

Começava-se a dizer no Setor, depois em torno dele, que Célio representava “a linha branca” da análise institucional, enquanto que eu próprio era o teórico e o prático da “linha negra”. [...]

A “linha branca” é a análise institucional posta a serviço da sociedade instituída.

Ela é, no melhor dos casos, uma linha que chamamos “reformista”. Na prática, ela se traduz pelo cuidado de apaziguar conflitos, acalmar tensões sem as desconsiderar, sem as sufocar, e também pela preferência acentuada por formas de autoridade democrática e de estabilidade social consentida.

A “linha negra” é a subversão.

Aquele que escolheu a “linha negra” não decidiu por isso substituir, a todo o momento, a análise pela agitação. Ele levanta simplesmente a hipótese de que a sociedade atual está fundada no conflito e que a violência visível e invisível está no coração de todas as nossas instituições (LAPASSADE, 1974, p. 56).

Pós-Lapassade, o Setor não deixou de existir. Chegou mesmo a recuperar certa unidade. Paranoica, contudo: tanto no sentido persecutório, em que o medo da ditadura o cindia de diferentes maneiras, quanto no de grandeza, em que cada parte se via como a eleita para mudar a sociedade.

O próprio Lapassade não escapou, talvez, à paranoia. Na hora de partir, a 14 de outubro, no aeroporto do Rio de Janeiro, achou que fora detido por tempo demais durante a verificação do passaporte. Sentiu-se só, pois quem o levara já não estava mais lá. Escreveu que, pela primeira vez, naqueles três meses, pensou que não se sairia facilmente. Mas foi liberado, no minuto final: “Esse incidente significava que eu não poderia mais retornar ao Brasil” (LAPASSADE, 1974, p. 128).

Lapassade não teve a oportunidade de saber, mas, de fato, não passou despercebido das agências de repressão e informação. Ele foi a matéria, de três folhas, do arquivo AESI/UFMG (Caixa 21/1973, Maço 13, folhas 211-213).

A Folha 211, sem data e sem assinatura, datilografada, parece um rascunho. Uma leitura atenta permite saber que sua origem é o Departamento de Ciência Política (DCP). De maneira um tanto confusa, fica registrado que a 15 de maio de 1972 o DCP recebera ofício do diretor da FAFICH, junto a outro ofício da chefia do Departamento de Psicologia, com a demanda de colaboração financeira para a missão na UFMG do Prof. Lourau, da Universidade de Paris, Nanterre, em agosto de 1972; que o ofício do Departamento de Psicologia citara argumento do Prof. Célio Garcia de que Lourau poderia oferecer cursos de interesse do DCP. Sempre na Folha 211, fica-se sabendo que o DCP concordara em ajudar com Cr\$2.000,00; que o Prof. Célio Garcia informara que o Conselho de Extensão da UFMG entraria com Cr\$2.500,00; que, no final de julho, Célio informara que Lapassade estava em Belo Horizonte, indicado por Lourau. Que fora mantida a decisão do DCP de colaborar, desde que com a mesma contrapartida (o curso de um mês, para alunos do mestrado, sobre problemas de ciência política e burocracia); que o curso fora ministrado e que o DCP pagara a Lapassade Cr\$2.000,00 ao final, com verba de convênio, item professor visitante.

A folha 212 tem no cabeçalho MEC – Divisão de Segurança e Informação. Sobre ela, carimbos vermelhos informam: “Confidencial”; “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento.” A data é de 12 de junho de 1973 e o documento é endereçado à AESI/UFMG. Assunto: “Professor Lapassade”. Entre os “Dados conhecidos” há: “Lapassade seria perito em jogar alunos contra professores, além de treiná-los, sub-repticiamente, para agitações sociais”; “Teria atuado nas agitações subversivas de 1968, na França”. A seguir, solicita-se confirmação desses dados; pergunta-se qual departamento o convidara e através de quem; pergunta-se qual curso ministrara; pedem-se dados sobre a qualificação do professor e outros dados julgados úteis.

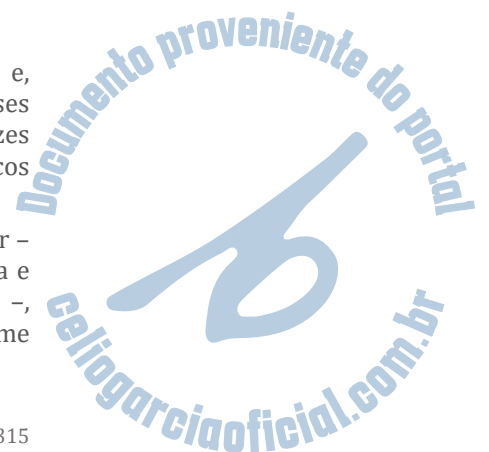
A folha 213, de 18 de junho de 1973, é a resposta da AESI/UFMG. Em “Dados operacionais”, tal resposta informa que em 1972 Lapassade esteve na UFMG, ministrara curso sobre Sociologia das Instituições, Ciência Política e Burocracia, para alunos do DCP. Diz não ser do conhecimento da UFMG que ele seja “perito em treinamento de alunos para agitações sociais” nem que tenha participado de agitações subversivas na França. Em “Informe propriamente dito”, relata-se que o chefe do Departamento de Psicologia solicitara, através do diretor da FAFICH, conseguir junto ao DCP colaboração para a vinda de René Lourau em agosto; que em julho de 1972 a Embaixada da França informara que Lourau não viria e indicara Lapassade como substituto. “O professor compareceu e ministrou cursos para alunos [...]”.

Como se viu, o documento do MEC é de 12 de junho de 1973; a resposta rápida e concisa da AESI/UFMG é de 18 de junho, seis dias depois. Ela defende a UFMG, calando, com poucas palavras, numerosas fofocas que certamente alimentaram o MEC. Em resumo, o SNI/UFMG respondeu ao SNI/MEC, defendendo a instituição universitária. Estranhamente, essa troca de correspondência se passa um ano após a missão.

8. A reforma universitária

Lapassade deu o nome de “mandarins” aos catedráticos da UFMG e, com base em suas leituras prévias, os viu como conservadores: “Esses mandarins reacionários não sabem que os governos autoritários às vezes realizam [...] os projetos de reformas que os governos ditos democráticos deixam dormir nas gavetas” (LAPASSADE, 1974, p. 66).

Deixando de lado o fato de que nem todo catedrático era conservador – alguns foram aposentados compulsoriamente por resistirem progressista e abertamente à ditadura e outros tantos se exilaram para sobreviver –, Lapassade acerta no restante da análise. A reforma imposta pelo regime



militar, segundo Motta (2014a, p. 56), era “uma demanda da esquerda no pré-1964” e fruto de projetos defendidos no governo João Goulart. Aplicada pelos militares, foi uma modernização conservadora autoritária, ainda nas palavras do mesmo historiador.

Lapassade (1974, p.88) viu a universidade como um gueto onde as coisas podiam acontecer, desde que não repercutissem no seu exterior. Com ele concorda Motta (2014a, p. 59): “se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas”.

Lapassade viu também a atuação dupla dos gestores, “camada de jovens burocratas universitários da qual o Poder se serve para quebrar as velhas estruturas, as resistências à mudança – e para modernizar suas instituições, adaptando-as ao modo de produção capitalista” (LAPASSADE, 1974, p.60). De seu lado, Motta (2014a, p. 60) afirma “ser comum encontrar reitores que tomavam medidas repressivas com uma das mãos e com a outra protegiam pessoas visadas”, o que evitou o expurgo total da esquerda acadêmica. A leitura do arquivo AESI/UFMG comprova essas ações.

Utilizando a análise institucional, Lapassade detectou a razão do fracasso em provas de numerosos alunos do ciclo básico, recém-criado no bojo da reforma universitária então em curso: a disparidade dos resultados tinha a ver com a transversalidade das filiações sociais; tinha a ver com a sociedade de classes, com a desigualdade das heranças culturais. Reprovados eram os estudantes pobres: “Assim, aqueles professores democratas, oponentes da ditadura militar, próximos – diziam – do povo, corrigiam suas provas de tal forma que agravavam, sem o saber, sem o querer, as desigualdades sociais” (LAPASSADE, 1974, p.69). Com esse dado, ele tentou estender sua análise institucional a toda a UFMG. Sua proposta foi recusada pelo reitor. No patamar da reitoria, os problemas que detectara foram descritos como disfunções do sistema, de fácil solução.

O Setor de Psicologia Social, naquela época, já trabalhava na implantação da reforma universitária. Havia um membro do Setor no Instituto de Ciências Biológicas e uma equipe de pesquisadores na Escola de Medicina. Pós-Lapassade, tanto “negros” quanto “brancos” do Setor participaram da implantação da reforma universitária na UFMG, o que talvez tenha amenizado a cisão interna. A análise institucional aprendida com Lapassade conferiu uma direção a esses trabalhos.

Considerações finais

A partir dos escritos de Lapassade (1974) sobre sua missão no Brasil, em 1972, e de documentos que retrataram o período, foram abordadas duas instituições: o regime militar e a UFMG, órgão que o recebeu. Foram buscadas “coincidências analisadoras”, isto é, relatos e fatos que colocaram as duas instituições em correlação. Recorrendo a conceitos da análise institucional, as duas instituições¹⁵ foram descritas em seus momentos de universalidade, particularidade e singularidade. Considerando-se as funções primordiais de controle e educação, respectivamente do regime e da universidade, essas funções universais apareceram negadas, tanto nos meandros particulares de uma ditadura que oferecia educação para contra-informação e duplicava a universidade pública brasileira (adotando para tanto, sem o dizer, projetos da esquerda pré-1964), quanto nos segredos agora parcialmente revelados (com a abertura do arquivo AESI/UFMG à consulta pública) do controle repressor da UFMG na sua labuta cotidiana com as agências da ditadura como o exército, o serviço de inteligência e a polícia política mineira. Finalmente, uma segunda negação expôs, singularmente, uma ditadura progressista e modernizadora, a implantar a todo custo uma reforma educacional, e uma universidade autorepressora e su-

15

Optamos por não desenvolver a diferenciação entre os conceitos de instituição e organização, característica da Análise Institucional, por julgar que a abordagem dos três momentos do conceito de instituição permite dispensá-la.

postamente pacificada, sem que nem uma nem outra se reduzissem a essas formas institucionalizadas.

Pode-se concluir que Lapassade foi analista e analisador do regime militar. Foi o analista que, por exemplo, apontou limites imaginários a impossibilitar uma ação política mais ferrenha contra a ditadura no Brasil de 1972; que assinalou o uso de fantasias de repressão para bloquear mudanças não desejadas; que ressaltou a capilaridade da violência na sociedade, sem reduzi-la às imposições da ditadura. Sua forma de agir, falar e viver fez dele igualmente um analisador do regime, possibilitando que se enxergassem contradições na ditadura, concomitantemente conservadora, reacionária e modernizadora.

No mesmo sentido, Lapassade foi também analista e analisador da UFMG. Foi o analista que, entre outras análises, detectou a reprodução, na universidade modernizada, da estrutura social desigual e hierarquizada da sociedade brasileira; que sinalizou a presença dos jovens burocratas que, no exercício do poder, se equilibravam servindo ao regime ditatorial, a seus colegas e subordinados e às suas próprias carreiras universitárias. Foi também o analisador que isolou, a serviço de uma mudança que almejava, os brancos e os negros, reformistas e revolucionários que via.

Em meio a momentos de lucidez, Lapassade foi também tomado por cegueiras. Não viu contrainformação nem repressão factual em curso, mesmo quando ficaram diante de seus olhos. A aparente tranquilidade, ordem e liberdade que percebeu e sentiu na verdade camuflava o que hoje se conhece: a guerra violenta da ditadura contra seus oponentes, a repressão, a desordem jurídica, o aparato autoritário que instrumentalizou não só a aparência de ordem, como também a pauta desenvolvimentista, inclusive na universidade.

Sua cegueira, contudo, é também analisadora: a aparente tranquilidade, ordem e liberdade que hoje se sabe falsas enganaram o olhar arguto do analista institucional. Muitas das margens de liberdade e de inovação que Lapassade viu eram, assim, miragens de deserto. Embora se tenha cercado do por ele mesmo designado como contra-Setor, Lapassade nunca deixou de dar destaque à própria solidão, ao longo de sua missão no Brasil. Nesse sentido, não à toa, é raro que os analistas institucionais desenvolvam suas ações individualmente, privilegiando, ao contrário, o trabalho de uma equipe de interventores. Tal trabalho em equipe pretende criar um espaço propício à análise das implicações dos analistas com as instituições em jogo no campo e talvez tenha sido justamente esse espaço ausente um dos fatores do obscurecimento do olhar do analista Lapassade. Afinal, a proposta do conceito de implicação (e de análise de implicação permanente e generalizada) permanece o grande e desejável escândalo da Análise Institucional.

Sobre o artigo

Recebido: 05/02/2017

Aceito: 19/04/2017

Referências bibliográficas

ABREU, M. **Uma história do setor de psicologia social da UFMG: invenções, teorias e práticas.** 2012, 139p. Dissertação (Mestre em



Psicologia Social). Programa de Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2012.

ARANTES, M.A. Psicólogas e psicólogos: histórias que integram a memória da luta pela liberdade. (p. 23-40). In: RENA, L.; VIANA, F.; GONÇALVES, L.; RAMOS, I., MACHADO, M. (Orgs.). **A política no cotidiano: Contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2016, p. 23-40.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Assessoria Especial de Segurança e Informação **AESI/ASI/UNI: documentos UFMG. (1964-1982)**. 12.606 documentos textuais em 39 caixas.

ASSOUS, R. **L'analyse institutionnelle hier et aujourd'hui**. Paris: Éditions AISF, 2002.

CAMPOS, R.; GARCIA, C. Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 1964. In: JACÓ-VILELA, A. **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília DF: CFP, 2011, p. 406-408.

COMISSÃO DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Ieve; Imprensa Oficial, 2009.

GUATTARI, F. Entretien. In: ARDOINO, J.; DUBOST, J.; LÉVY, A.; GUATTARI, F.; LAPASSADE, G.; LOURAU, R.; MENDEL, G. (Orgs). **L'intervention institutionnelle**. Paris: Payot, 1980, p.109-142.

LAPASSADE, G. **Le bordel andalou**. Paris: l'Herne, 1971.

LAPASSADE, G. **Les chevaux du diable: une derive transversaliste**. Paris: "Psychothèque" Éditions Universitaires, 1974.

LAPASSADE, G.; LOURAU, R.. **Chaves da sociologia (1971)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOURAU, R. **A análise institucional**.(1970). Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

MACHADO, M. Transversos do social e alquimias da prática em psicossociologia. **Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia Social**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1986, p. 36-43.

MOTTA, R. P. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a, p. 48-65.

MOTTA, R. P. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

RODRIGUES, H. B. C. Encontro intempestivo: Georges Lapassade no Brasil, 1972. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 268-289, 2008.

UFMG/ Departamento de Psicologia. **Relatório de atividades do Setor de Psicologia Social no período de 1967 a 1973. Ante-Projeto e Sugestões**. Belo Horizonte: Setor de Psicologia Social, 1974.

